

UMA ANÁLISE LINGÜÍSTICO-DISCURSIVA DO PRONUNCIAMENTO DE GETÚLIO VARGAS AOS TRABALHADORES EM 1º DE MAIO DE 1938

Del Carmen Daher
(UERJ)

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam os nomes dos reis.
Os reis arrastaram os blocos de pedra?
E a Babilônia tantas vezes destruída
Quem a ergueu outras tantas?*

(BRETCHT, Perguntas de um operário que lê. In: 80 poemas y canciones)

*Cada época diz tudo o que pode dizer em função de suas
condições de enunciado.*

(DELEUZE, 2005, p. 63)

RESUMO

Este artigo situa-se no âmbito da Análise do discurso de base enunciativa e considera a contribuição dos estudos da linguagem para a compreensão de práticas sociais por meio das quais se estabelecem sentidos e valores que circulam em nossa sociedade. Tem como foco de investigação o pronunciamento realizado por Getúlio Vargas aos trabalhadores, em 1938, que inaugura a prática discursiva presidencial de pronunciar-se oficialmente a essa classe pela celebração do 1º de Maio. São objetivos de nossa análise: (a) compreender como, do ponto de vista enunciativo, se estabelece a interação entre esses interlocutores, (b) identificar imagens de governo e trabalhador que se inscrevem por meio da enunciação no discurso; e (c) dar visibilidade a efeitos discursivos instituídos via enunciado a partir da identificação da presença de outras vozes. Pautamo-nos nas noções teóricas de *cenografia discursiva* e *ethos* (Maingueneau, 1993, 2005, 2006) e, como categorias de análise, recorremos ao estudo dos dêiticos (Benveniste, 1966, 1974; Maingueneau, 1993; Daher, 2000) e do discurso relatado (Authier-Revuz, 1998;

Maingueneau, 2002; Sant'Anna, 2004). O estudo identificou imagens de governo e de trabalhador que articulam, numa relação de correspondência, características (qualidades/crenças) e comportamentos (papel na interação/ações) atribuídos ao enunciador/presidente e ao co-enunciador/trabalhador, numa interlocução que se organiza em torno de uma *topografia* e *cronografia* da ordem.

PALAVRAS-CHAVE: 1º de maio, práticas discursivas, cenografia discursiva, interação governo/trabalhador, *ethos*

O presente estudo fundamenta-se em preceitos teóricos da Análise do discurso (AD) de base enunciativa e pauta-se no pressuposto de que a linguagem integra o conjunto das práticas sociais: ela as torna possíveis e ao mesmo tempo se faz possível a partir delas. Considera-se que é por meio da enunciação que se estabelece a relação entre a língua e o mundo (BALLY, 1944) e que os enunciados, enquanto materialidade lingüístico-discursiva, constituem unidades que em sua atualidade, “convoca[m] um espaço de memória” (PÊCHEUX, 1997, p. 19), intervêm legitimando pontos de vista que se instituem como verdades na sociedade.

Nossa análise¹ tem como foco um texto político que se inscreve no campo das práticas de linguagem² relativas ao mundo do trabalho e inaugura, em 1938, no Brasil, uma nova prática social e discursiva³. Trata-se do primeiro pronunciamento oficial do presidente da república realizado aos trabalhadores no dia 1º de Maio por Getúlio Vargas. Essa prática vem sobrepor-se à surgida a partir do acontecimento de 1º de maio de 1886 – o Massacre de Chicago –, que reuniu trabalhadores em luta por melhores condições de trabalho e que serviu como marco para as reivindicações da classe durante anos. A celebração da data ressaltava frente à sociedade a força de uma classe trabalhadora unida e suas conquistas coletivas. No entanto, esse dia passa a ser uma festa cívica promovida pelo governo na qual se encena “a possibilidade” de diálogo entre esses interlocutores sociais. O acontecimento mítico do século XIX vê-se suplantado por outra história, que lhe incorpora novos sentidos e que transforma seus atores em espectadores. A celebração iniciada por Vargas vem sendo atualizada ao longo dos anos pelos presidentes que o sucederam.

O primeiro pronunciamento oficial ocorre no Palácio Guanabara, no antigo Distrito Federal, poucos meses após a instituição do Estado Novo. Os demais, realizados por esse presidente, foram celebrados em locais públicos como o Estádio de São Januário (1940 a 1942, 1945, 1951 e 1952), o Estádio do Pacaembu (1944), em frente ao Ministério do Trabalho (1939 e 1943) e na Companhia Siderúrgica Nacional (1953)⁴. Esses “eventos cívicos”, à exceção do primeiro e do último que foi pronunciado na Sala do Palácio Rio Negro, em Petrópolis, Rio de Janeiro (1954), contavam com a presença da multidão, eram transmitidos por rádio, em cadeia nacional e tinham sua culminância com a fala governamental. É durante o governo Vargas que se cria o Ministério do Trabalho, a Lei da Sindicalização, a Consolidação das Leis do Trabalho, o salário mínimo no Brasil.

O primeiro pronunciamento, na sua versão de documento escrito, apresenta-se acompanhado de nota que o justifica como um agradecimento a palavras proferidas pelo representante da União Geral dos Empregados do Distrito Federal, que em nome de seus companheiros homenageia e agradece ao governo a criação e implantação das leis de amparo social ao trabalhador. Nessa ocasião, segundo o documento, o presidente faz menção à futura regulamentação da lei do salário-mínimo (somente criada em 1940, dois anos após a cerimônia) e ao decreto-lei que isenta de impostos de transmissão a compra de terrenos destinados à construção de casas para operários: benefícios concedidos à classe. Encontravam-se presentes no local o ministro do Trabalho, presidentes de sindicatos e representantes de associações de trabalhadores⁵.

Em busca de aprofundar reflexões acerca de como se estabelece no plano discursivo essa interação inaugural, que institui uma nova prática de linguagem, estabelecemos como objetivos de análise: (a) compreender, do ponto de vista enunciativo, de que forma se institui a interação entre esses interlocutores, a partir do estudo de sua materialidade lingüística; (b) identificar imagens de governo e trabalhador que se inscrevem por meio da enunciação nesse pronunciamento; e (c) dar visibilidade a efeitos discursivos que se consubstanciam no enunciado a partir da presença de outras vozes.

Para tal, recorreremos ao conceito de *cenografia discursiva* proposto por Maingueneau (1993, 2002, 2006), ao qual articulamos considerações sobre a noção de *ethos* (1993, 2005). Entendemos como

cenografia discursiva a situação de enunciação que legitima cada discurso a partir da reunião de uma determinada *locução discursiva*, uma *cronografia* e uma *topografia*. Dito de outro modo, todo texto institui discursivamente sua forma singular de interação, a partir da articulação das coordenadas: EU <=> TU – AQUI – AGORA. O enunciado carrega referências desse EU que se dirige a um TU (locução discursiva) ancorado num lugar (*topografia*) e num tempo (*cronografia*). É importante ressaltar que a relação EU <=> TU remete à Teoria da Enunciação (BENVENISTE, 1966, 1974)⁶.

Com relação ao *ethos*, é esta uma noção que advém da *Retórica* de Aristóteles e menciona a importância do modo de falar, de vestir-se, de gesticular do orador. Implicitamente, estas formas de posicionar-se contribuíam para a transmissão da imagem de orador que se queria/devia construir/mostrar ao público. Segundo Maingueneau (1993), a noção foi reformulada por Ducrot (1987), a partir de um quadro pragmático, e permite o entendimento de que “no *ethos* é o locutor enquanto tal que interessa, o personagem que fala, não o indivíduo considerado independentemente de sua enunciação.” (1993, p. 59).

Maingueneau (1993, 2005) traz a noção para a AD e propõe um duplo deslocamento na concepção aristotélica, entendendo-a como possível de ser atribuída a um texto escrito e a um ser discursivo. O “tom” da voz, o jeito de posicionar-se e a aparência de quem fala também se constituem no escrito. Por meio da *cenografia discursiva* cria-se uma dimensão interativa que dá “vocalidade”, “caráter” e “corporalidade” ao enunciador.

Em nossos procedimentos de análise, recorreremos ao levantamento e ao estudo das seguintes marcas: (1) pessoa, incluindo-se tanto o uso da pessoa restrita, quanto da ampliada, em (a) diferentes funções sintáticas – como sujeito e como complemento, (b) marcas morfológicas das formas verbais – desinências número-pessoais, (c) possessivos; e (2) discurso relatado (DR), este compreendido na sua visão mais ampla.

No que se refere à categoria do discurso relatado, pautamo-nos em Authier Revuz (1998), que retoma e operacionaliza propostas de Bakhtin (1992) sobre a heterogeneidade enunciativa: a constitutiva e a mostrada. Para a autora o discurso comporta sempre o diálogo com outros discursos, como um jogo onde se cruzam uma infinidade de vozes que podem ser identificadas quando a heterogeneidade é mostrada. Acorde com esta colocação, Maingueneau (1993, p. 86) resalta

que “o sujeito que enuncia... de um lugar definido não cita quem deseja, como deseja, em função de seus objetivos conscientes, do público visado etc. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação”. Comentando a afirmativa de Maingueneau, Santa’Anna⁷, acrescenta que:

É preciso ... dedicar atenção à relação entre a presença do discurso relatado num determinado contexto e sua função. Atribuir o citado a alguém – incluindo-se aqui as múltiplas formas de designação ou de apagamento, capazes de identificar mais ou menos precisamente o autor – e oferecer marcas de representação fiel dessa retomada das palavras do outro, remetem à questão da verdade e da autoridade. O discurso que instaura uma verdade submete as opiniões, faz-nos desconfiar que talvez estivéssemos errados em nosso ponto de vista, quando não coincide com o exposto por aquela voz autorizada e verdadeira. (2004, p. 159).

Nosso estudo considera que é a partir da identificação e da descrição de determinadas marcas lingüísticas presentes no enunciado – “vestígios observáveis”- (MAINGUENEAU, 1993, p.6.) que se dá a possibilidade de melhor compreender como se opera discursivamente a construção de determinados sentidos. Estabelecido o quadro teórico-metodológico, passamos às considerações de análise.

O pronunciamento realizado em 1938 inicia pela inscrição dos co-enunciadores designados como *Operários do Brasil* (l.1), ao estilo do que costumavam fazer os líderes dos trabalhadores quando se dirigiam à categoria, numa espécie de chamamento convocatório, de conclamação ao auditório. Logo em seguida, o enunciadador-governo justifica a razão de seu pronunciamento, legitimando sua palavra:

No momento em que se festeja o “Dia do Trabalho”, não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que se traduzisse em factos e actos que constituem marcos imperecíveis assinalando pontos luminosos na marcha e na evolução das leis sociaes do Brasil (l.2-5)⁸.

O enunciadador do fragmento inscreve-se em primeira pessoa (EU) e afirma construir sua autoridade não só com palavras, mas a partir do respaldo de suas ações governamentais. Coloca-se como o chefe ou senhor que tudo provê, incluindo-se aqui as aspirações e necessidades do operariado. Ao designar a celebração da festa como Dia do Trabalho, sem referir-se ao Dia do Trabalhador, desloca e omite o caráter de

enfrentamento entre trabalhadores, patrões e governo, marcado ao longo de história por inúmeras lutas. A articulação desses diversos elementos recai sobre a importância da ação política que se quer divulgar e o uso da primeira pessoa – *não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras* (l.2-3) – inscreve o enunciador como autor desses avanços sociais.

O recurso ao uso da negação na introdução do discurso coloca em cena outro enunciador (políticos? líderes trabalhistas? inimigos do poder?) que implicitamente afirma a existência de enganadores que só falam e não agem. Por meio da negativa, o enunciador rejeita esta concepção comum que pode ser atribuída a outras vozes e busca caracterizar-se de forma diferenciada: ele não é o que apenas promete, mas o que cumpre. Não engana com as palavras. A presença do operador adversativo “mas”, que aparece no mesmo fragmento, introduz o argumento que substitui o proposto pelo “não”. Este jogo enunciativo é responsável pela projeção de uma imagem de pessoa sincera, ativa, corajosa e fundamental para a evolução da nação, a de alguém que com a solidez de suas realizações garante avanços para o operariado.

Apesar de referir-se à “limitação” das palavras, é por meio delas que o enunciador constrói o seu dizer, seja negando, afirmando ou, mais adiante, valendo-se de perguntas retóricas que lhe permitem encenar uma interação, como se a pergunta tivesse sido feita pelo seu interlocutor. Desta forma, interpela e responde em nome do co-enunciador: *Podeis interrogar talvez: quaes são as aspirações das massas obreiras, quaes os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!* (l. 7-8)

Apoiado nesse recurso da pergunta retórica, o enunciador simula o dar a voz ao trabalhador sem recorrer a palavras ditas por este. Não retoma trechos de falas de operários, a exemplo do que faz mais adiante. No entanto, inscreve no discurso, por meio da referência *a ordem e trabalho* (l.8), a aproximação do sentido de *trabalho* ao de “progresso”, numa espécie de eco com os dizeres da bandeira – “ordem e progresso” –, aproximando-se de uma formação discursiva positivista, fundada e herdada da formação da República no Brasil.

Essa estratégia ressalta uma dissimetria discursiva instalada entre os interlocutores, já que, embora se delegue a posição de “ouvidor”, o destaque é dado, na verdade, à voz inscrita no lema nacional. A voz oficial inaugura, assim, num espaço discursivo até então exclusivo de

práticas de protestos contra o governo, a legitimação da prática discursiva do poder governamental.

Buscando refletir um pouco mais sobre as diferentes formas de inscrição do enunciador, os resultados apontaram para a reduzida incidência da marca da pessoa ampliada, constatando-se a presença de, apenas, dois registros de suas variantes morfológicas: uma, um pronome substantivo - *num país como o nosso* (l. 10 e 24)-, seguido de projeções relativas a iniciativas apresentadas pela voz oficial como necessárias ao desenvolvimento do país, que precisam contar com a colaboração dos trabalhadores; e outra, um pronome possessivo adjetivo - *em nosso país* (l.14) -, que registra além de um conhecimento compartilhado sobre a realidade do país a necessidade de que ele seja objeto de atenção comum. E como únicos exemplos de inscrição na pessoa restrita, temos os fragmentos “... *não desejei que esta comemoração se limitasse a palavras, mas que se traduzisse em factos e actos*”. (l.2) e “*E eu [vos] responderei: a ordem e o trabalho*” (l.8). Assistimos, do mesmo modo, à inscrição de uma de suas variantes morfológicas em: “*É esta uma afirmativa feliz que ecoou bem no meu coração.*” (l.40)

No primeiro desses exemplos, cabe observar que, ao assumir ser o responsável pelas conquistas sociais alcançadas para os trabalhadores, o enunciador distancia o co-enunciador da co-autoria desses avanços. Posiciona-se como tutor da classe, sutilmente, desqualificando e desconsiderando as lutas realizadas há anos pela categoria. No segundo fragmento, onde se situa o par pergunta-resposta retóricas, as marcas de enunciador e de co-enunciador caracterizam uma pseudo-situação de interlocução direta, que valida o dizer.

No último desses exemplos, configura-se um enunciador que expõe seu sentimento publicamente - “*ecoou bem no meu coração*” (l.41): a voz de homem público, do chefe da nação, não o distancia da afetividade humana. Esta forma de inscrição enunciativa remete a outras cenas validadas, a práticas comuns a outros contextos de comunicação caracterizados por uma situação de proximidade entre os interlocutores como, por exemplo, em conversas com amigos ou com familiares. A um enunciador de *ethos* firme, determinado, ativo e justo soma-se, agora, o de homem emotivo que é, ao mesmo tempo, amigo e protetor, capaz de emocionar-se ante a gratidão e o reconhecimento dos tutelados. Este tipo de inscrição o situa de forma diferenciada

frente a governantes que perseguiram, extraditaram e prenderam trabalhadores em luta por melhores condições de trabalho. Apesar de não enfocarmos nesta análise os demais pronunciamentos de Vargas, neles é constante a menção a perseguições, prisões e extradições anteriores a 1930.

Essa cena legitima-se a partir do fragmento que a antecede - um DR -, onde o enunciador se vale da representatividade da voz coletiva do operário: *“O orador operario, que foi interprete dos sentimentos de seus companheiros, declarou há pouco que a legislação social do Brasil veio estabelecer a harmonia e a tranquilidade entre empregados e empregadores. É esta uma afirmativa feliz que ecoou bem no meu coração.”* (l. 38-40).

O trecho retoma o dito em outro ato de enunciação e o inscreve como discurso indireto, reformula-o. Mais uma vez, valida a importância das realizações de seu governo, por meio do recurso à voz de outro, voz que, ao ser adjetivada positivamente - *afirmativa feliz* - e associada à resposta do enunciador, permite atribuir-lhe a autoridade de responsável pelas conquistas alcançadas para o trabalhador, ratificando sua atuação como o gerenciador desse bem-comum.

A predominância da ausência de marcas dêiticas de pessoa resalta no pronunciamento a situação de autoridade desse enunciador: verdadeiro, justo, imparcial. A partir desse distanciamento, é possível também cobrar com o mesmo vigor o que se apresenta como justo: que o trabalhador garanta a ordem, a cumpra. Da mesma forma que o governo faz seu trabalho, com igual intensidade deve o trabalhador atender à solicitação do presidente. Observemos algumas seqüências abaixo:

No momento em se festeja o “Dia do Trabalho” (l.2)

... na desordem nada se constrói. (l. 9)

No momento em que se providencia para que todos os trabalhadores brasileiros tenham casa barata, isentando-os dos impostos de transmissão, torna-se necessario, ao mesmo tempo que, pelo trabalho, se lhes garante a essa a subsistencia, o vestuario, a educação dos filhos. (l.17-20)

Não se pode afirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão. (l.36)

Esse reajustamento terá de se realizar, e já se vem realizando exactamente pela cooperação de todas as classes. (l.45-6)

A marca da não-pessoa *governo* aparece inscrita apenas uma vez, estando seguida por uma negação. Este recurso, que não permite a reversibilidade do eu-você (vós), neutraliza as oposições: *o governo não deseja, em nenhuma hypotese, o dissidio das classes nem a predominancia de umas sobre outras* (l.47)

Com relação às marcas de co-enunciador, estas aparecem unicamente no recurso à simulação de uma interlocução direta, por meio de uma pergunta retórica, em: *Podeis interrogar talvez: quaes são as aspirações das massas obreiras, quaes os seus interesses?* (l.7-8) e *E eu vos responderei: a ordem e o trabalho* (l.8). O mesmo ocorre em: “*Como sabeis, em nosso paiz o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado, percebendo uma remuneração inferior a suas necessidades.*” (l.14-6)

A uma locução discursiva na qual se apresenta um enunciador que trabalha para prover as necessidades de um co-enunciador até então desamparado e necessitado, estão amalgamados um espaço e um tempo que legitimam e tornam possível a construção da cenografia discursiva, como situação de enunciação. Como preconiza a AD, o AQUI é o lugar de onde fala o enunciador e o AGORA, o seu momento presente, que concilia a descrição do evento e o ato de enunciação. Todos os tempos estão vinculados às coordenadas desse tempo zero, estabelecendo-se, a partir dele, as relações de concomitância, de antecedência ou de posterioridade.

No caso específico dos textos de nossa análise, a data de 1º de maio é o grande eixo temporal que articula sentidos construídos ao longo da história. Lembramos que, no âmbito empírico, a voz oficial se faz ouvir num espaço/tempo instituído pelos trabalhadores para falar de suas lutas, seus protestos, a partir do massacre de Chicago. O caráter reivindicatório se vê suplantado por uma festividade organizada pelo poder instituído que durante anos agiu como repressor ante as manifestações trabalhistas. Desta forma, impõe-se um novo paradigma: O Dia do Trabalho passa a ser *a celebração das conquistas oferecidas pelo governo aos trabalhadores*.

Por tudo isso, todos os pronunciamentos de Vargas apresentam numerosas referências temporais que apontem para uma busca de legitimação da prática dos pronunciamentos presidenciais e de sua

instituição como permanente, procurando consolidá-la como marco de comemorações em que se agradecem os feitos governamentais em favor dos trabalhadores. As articulações temporais são, conseqüentemente, recursos de fundamental relevância, pois permitem variadas formas de inscrição de um tempo que se quer perpetuar como referência na história, segundo o ponto de vista da voz oficial.

Assim, já no seu início, o discurso de 38 situa o eixo temporal como motivador do ato enunciativo: *No momento em que se festeja o Dia do Trabalho*. (l. 2). Este fragmento reúne dois aspectos: um que inscreve o atual caráter de festividade da data –tantas vezes rejeitado pelos trabalhadores⁹–; outro que situa a referência como localização num tempo presente. Além dessa data, outro marco é estabelecido pelo pronunciamento: o de 10 de novembro.

As datas citadas delimitam assim um 1º de maio “legal”, institucionalizado dentro do âmbito do Estado Novo. O enunciador legitima discursivamente esses marcos temporais como propulsores, como garantias às mudanças e a melhores tempos:

O movimento de 10 de novembro pode ser considerado, sob certos aspectos, como um reajustamento dos quadros da vida brasileira. (l. 44-6)

Da fixação dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção. (l. 49-52)

O 10 de novembro aparece instituído como data significativa para as conquistas, conseqüentemente, como instaurador de um novo quadro para a nação, estabelecido pelo governo e subjugado ao poder do intertexto da Constituição. Na medida em que escolhe essas referências temporais, o enunciador coloca-se como provedor e gerenciador do bem comum, caracteriza-se como voz representativa para as conquistas dos trabalhadores. As marcas de presente, de passado e de futuro permitem traçar um quadro temporal que instala discursivamente as ações presidenciais na contagem desse novo tempo: um presente expandido, iniciado com o governo Vargas e/ou com o Estado Novo.

Como já dissemos, o discurso instaura um presente enunciativo capaz de sustentar lingüisticamente relações de concomitância e de

não-concomitância pertinentes ao estabelecimento da ordem temporal própria desse pronunciamento: a *cronografia* que o legitima e que lhe confere um efeito de objetividade. Sua importância suplanta a necessidade de referências a um passado histórico, anterior a 10 de novembro, e incita o co-enunciador ao engajamento futuro.

Nenhum governo, nos dias presentes, pode desempenhar a sua função sem satisfazer às justas aspirações das massas trabalhadoras. (l.5-7)

em nosso paiz o trabalhador, principalmente o trabalhador rural, vive abandonado. (l. 14-5)

num paiz como o nosso, onde em alguns casos, há excesso de produção. (l. 24-5)

Um paiz não é apenas um conglomerado de individuos dentro de um trecho de territorio. (l. 52-3)

O trabalho só pode se desenvolver em ambiente de ordem. (l. 12-3)

Alguns dos verbos utilizados no presente do indicativo estão amalgamados a itens lexicais de valor temporal – dêiticos – e a estruturas sintáticas paralelas que os complementam e que se repetem. Por meio deles o enunciador enfatiza duplamente seus efeitos em prol do trabalhador e valoriza, ainda mais, a importância do momento vivido, enfocado simultâneas vezes.

Ressalta-se no texto a idéia de concomitância, de empreitadas múltiplas - *No momento em que se festeja o Dia do Trabalho* (l. 2), *No momento em que se providencia para que todos*. (l. 17), [...] *nos dias presentes* (l.5) e [...] *torna-se necessário, ao mesmo tempo* ... (l. 18-19), como numa espécie de teatro do presente, no qual se dá amplitude à força do momento vivido.

A idéia de anterioridade aparece inscrita de distintas formas. Uma, que considera a proximidade com o momento da interlocução, portanto, que pode ser considerada como um passado recente, ligado ao momento presente de onde fala o enunciador: “*O orador operario, que foi o interprete dos sentimentos de seus companheiros, declarou há pouco que a legislação social do Brasil veio estabelecer a harmonia e a tranquillidade entre empregados e empregadores. É esta uma afirmativa feliz que ecoou bem no meu coração.*” (l.38-41). Por meio

de “veio estabelecer”, faz-se a ligação entre um passado anterior ao da fala do operário e o presente da enunciação. Embora mais distante, este passado inclui-se dentro dos limites temporais que abrangem esse “novo” tempo construído discursivamente pelo pronunciamento.

É interessante observar que esse fragmento comporta dêiticos de naturezas temporais diferentes pertencentes a um domínio do passado – as formas verbais “foi”, “ecoou” e o grupo verbal associado a complemento circunstancial “declarou há pouco” –, elementos não-dêiticos – “veio estabelecer” –, e um uso de presente do indicativo – “É” –, que ressalta o envolvimento do enunciador com o dito. Articulados, esses elementos estabelecem a atualidade do relatado dentro desse discurso.

A outra noção de anterioridade é exposta como longínqua em relação a da situação de enunciação: primeiro inscreve-se a atualidade do presente enunciativo com o intertexto legal – “*Por isso a lei do Salário Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador*” (l.13) – e depois, distancia-se o hoje de um tempo remoto – “*era necessidade que há muito se impunha*” (l.14).

É concêntrica a valorização do atual momento, tudo gira sobre esse eixo. Ao ser construído discursivamente, traz sua continuidade condicionada a exigências que, se atendidas, permitem vislumbrar um futuro ainda melhor para o trabalhador. Assim, a idéia desse futuro sustenta também um caráter que demonstra, ao mesmo tempo, obrigatoriedade e vontade de realização, instituído por meio do uso de locuções verbais que associam o tempo presente ao infinitivo:

Em primeiro lugar a ordem, porque na desordem nada se constrói, porque num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adoptar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade. O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. (l. 9-13)

Estabelece-se um sentido que correlaciona a prosperidade das futuras ações à efetiva instalação da ordem.

Outro tipo de estrutura articula também essa correspondência, a partir do uso do subjuntivo seguido do infinitivo: “*desde que o operário seja melhor remunerado poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as suas condições do mercado interno.*” (l. 25-27).

Constrói-se discursivamente, também, essa possibilidade de um

futuro mais justo como condicionado a dois requisitos básicos e inseparáveis, condensados no sintagma nominal “[a] ordem e [o] trabalho”. (l. 8), do qual já falamos.

A posterioridade traz marcada a idéia de decorrência de um percurso já iniciado, é a continuidade garantida pela regulamentação que vem sendo consolidada por esse governo:

Após a serie de leis sociaes [...], a partir da organização syndical, da Lei dos Dois Terços, que terá de ser cumprida e que está sendo cumprida; das férias remuneradas, das caixas de aposentadorias e pensões [...], a lei do Salario Minimo virá assignalar, sem duvida um marco de grande relevancia na evolução da legislação social brasileira. Não se pode affirmar que seja o seu termo, porque outras se seguirão... (l. 30-37)

Esse reajustamento terá de se realizar, e já se vem realizando [...]. Da fixação dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espirito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção. Esta colaboração será effectivada na subordinação no sentido superior da organização social. (l. 47-53)

Por fim, há um futuro cuja finalidade é meramente expositiva, em “*E eu vos responderei*” (l. 8), já que seu uso na resposta retórica assume a função de remeter à encenação interlocutiva entre o enunciador e os co-enunciadores declarados.

Essas observações a respeito do tempo instituído discursivamente podem ser organizadas da seguinte forma:

ANTES (Anterior ao gov. Vargas)	AGORA (O depois de 1930 e o depois de 10 de novembro de 1937)	DEPOIS O progresso.
A desordem. Desqualificação do passado. A falta de garantias pessoais.	Momento da mudança, do novo. Necessidade da ordem, de apoio ao governo, como condições para atingir o futuro melhor.	Possível a partir das garantias dadas pelo governo e do respeito à ordem.

Com relação ao marco espacial, é o país elemento de interesse comum dos interlocutores. Nele governo e trabalhador desempenham suas funções

num paiz como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar (l. 10)

em nosso país o trabalhador, principalmente o trabalhador rural vive abandonado (l. 14-15)

num país como o nosso, onde em alguns casos, há excesso de produção (l. 24-25)

um paiz não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um territorio (l. 52-53)

pela prosperidade e grandeza do Brasil (l. 57)

Um espaço que aparece caracterizado a partir do “como é” e do “como pode vir a ser”: um ideal de unidade, uma proposta de país a ser construída com a colaboração de todos, configurada por meio de uma reunião de diferentes formações discursivas, diferentes vozes: positivistas? trabalhistas? corporativistas?

Há um objetivo comum que vai sendo caracterizado ao longo do pronunciamento. A ele recorre o enunciador como argumento maior, que se quer inquestionável, para a obtenção de suas propostas políticas. Sua realização só será possível com a colaboração de todos: “*O governo não deseja, em nenhuma hypothese, o dissidio das classes nem a predominancia de umas sobre outras*” (l. 48-49). Em função do futuro “promissor para o país” justifica-se a subordinação de todos ante as propostas governamentais.

A palavra “ordem”, assim como alguns de seus reformulantes, aparece reiteradas vezes no pronunciamento. A “ordem” assegura a confiança e a estabilidade e se opõe à “desordem”. Ordem e trabalho estão sempre conjugados (l.10): cria-se um novo lema. O “trabalho” interliga-se à ordem e como consequência permite garantir a subsistência, o vestuário e a educação dos filhos, elevar a dignidade humana e social:

Não basta, porém, a tranquillidade e a harmonia entre empregados e empregadores. É preciso a collaboração de uns e de outros no esforço espontaneo e no trabalho commum em bem dessa harmonia, da coo-

peração e do conagraamento de todas as classes sociaes. (l. 41-4);

Da fixação dos preceitos do cooperativismo na Constituição de 10 de novembro deverá decorrer, naturalmente, o estímulo vivificador do espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho. Esta colaboração será efectivada na subordinação no sentido superior da organização social (l. 48-52)

Um paiz não é apenas um conglomerado de individuos dentro de um trecho de territorio, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da lingua, a unidade do pensamento nacional É preciso ... que todos marchem unidosno sentido da collaboração commum e do esforço homogeneo pela prosperidade... (l. 53-6)

A necessidade da ORDEM atravessa todo o discurso e tem como sustentação pressupostos que o aproximam de uma formação discursiva corporativista fascista, por meio de um discurso que prega a superação da luta de classes (visão socialista) a partir de ideais utópicos, ou seja, de um “pacto de classes” pelo “bem da nação”, no qual cabe ao Estado gerir os interesses dos diversos grupos sociais (ser seu árbitro). Aproximam-no, também, da visão positivista de Comte que se desenvolve em torno de elementos, também, utópicos, sobre a evolução da humanidade:

Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso. Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram as festas cívicas... Na base da nova humanidade, Comte colocou o sentimento do altruísmo, substituto da caridade católica. Ainda na esteira do comunitarismo católico, salientou as instituições de solidariedade, hierarquizando-as. Na base, ficava a família, seguida da pátria e, como culminação do processo, a humanidade (CARVALHO, 1990, p. 130).¹⁰

Em outras palavras, o presidente, é o grande “pai” nessa hierarquia, o tutor e o ouvidor dos anseios dos trabalhadores. Legitima-se via discurso como representante dessa nova congregação nacional que é cultivada no ritual da festa cívica de 1º de maio. Cabe-lhe demandar o altruísmo e a solidariedade de forma a que a pátria possa ser constituída a partir da colaboração de todos. Posiciona-se como o líder que conclama essa massa numa interpelação que o inscreve, na maioria das vezes, pela onipotência do impessoal. Essa opção sustenta um sen-

tido de determinação, solidez, objetividade e verdade, de sinceridade de propósitos da parte do governo.

A solidariedade, o humano e a emotividade aproximam governo e homem comum: ambos lutam e trabalham. No entanto, o co-enunciador é o sacrificado, o explorado, o carente, alguém que ganha pouco, vive abandonado e que precisa de amparo para poder ter acesso à dignidade social, mas é também aquele que “reconhece” a importância das ações promovidas pelo enunciador, o que pode contar com essa proteção para a conquista de melhores e justas condições de vida. É na conjunção dessas concepções corporativista e positivista – doutrinas autoritárias que visam organizar a sociedade a partir da autoridade, da hierarquia social – que o discurso faz possível a interlocução de atores distanciados no plano social.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que a cena englobante do discurso político, contextualizada num ritual sócio-linguageiro da cena genérica do pronunciamento laudatório ao 1º de Maio, institui-se como uma *cenografia discursiva* que situa a celebração de uma interação entre governo e trabalhador legitimada pela confiança e pelo respeito. Deparamo-nos com um governo que se faz ouvir a partir da autoridade de quem cuida e trabalha pela futura obtenção do reconhecimento econômico e social que merecem os operários do país. Tem-se, assim, no plano discursivo, uma cenografia que remete a um universo harmônico, no qual os integrantes da locução discursiva pactuam uma confiança mútua, advinda da instauração ordenada de um espaço nacional propulsor de um futuro melhor.

É importante mencionar que a ordem é o eixo central do pronunciamento e como tal aparece instaurada no pronunciamento em dois níveis: o interno e o externo ao discurso.

Em primeiro lugar a ordem, porque na desordem nada se constrói, porque num país como o nosso, onde há tanto trabalho a realizar, onde há tantas iniciativas a adoptar, onde há tantas possibilidades a desenvolver, só a ordem assegura a confiança e a estabilidade. O trabalho só se pode desenvolver em ambiente de ordem. Por isso a lei do Salário Mínimo, que vem trazer garantias ao trabalhador, era necessidade que há muito se impunha. (l. 9-14)

O pronunciamento é o discurso “da” e “pela” ordem. Retomando nossas considerações iniciais sobre a linguagem e o social, como compreender a importância do surgimento desse discurso numa con-

juntura conturbada e ditatorial como a do Estado Novo? Por que se funda nesse contexto uma prática discursiva que institui a fala do presidente à classe trabalhadora no dia destinado aos protestos dos operários?

Pautamo-nos na certeza de que a instituição dessa prática resulta, paradoxalmente, da força exercida por categorias sociais que, embora não fossem mencionadas nem tivessem acesso ao poder, conseguiram inscrever sua presença sob a referência: “Operários do Brasil”. Esse acontecimento no plano social reflete a necessidade de “negociação”, de busca de apoio, que aponta a força da palavra dita e da silenciada na disputa pela ocupação de um espaço discursivo naquele momento.

Enquanto “discurso inaugural”, o pronunciamento de Vargas funda uma prática interativa à qual recorrem os governos subsequentes, seja como retomada de apoio ou de diferenciação. O que ressaltamos, aqui, é a força do sentido que passa a ter essa interação *sui generis*: primeiro, pelo fato de o governo falar ao trabalhador, convertendo-se em centro de atenções, num dia-marco para esta categoria; segundo, pelo peso que a prática instaura quando ocorre ou deixa de ocorrer o pronunciamento a partir de então.

ABSTRACT

A DISCURSIVE-LINGUISTIC ANALYSIS OF PRESIDENT GETULIO VARGAS' SPEECH TO THE BRAZILIAN WORKERS IN 1938

This paper is based on the enunciative aspect of discourse analysis and considers the contribution of language studies to understand the social practices which establish senses and values in our society. This is demonstrated by analyzing the speech of president Getúlio Vargas addressed to workers (1938), which starts the official presidential discursive practices to this class on the occasion of May 1st (Brazilian Labor Day). Our aims are: (a) to understand how the interaction among these interlocutors is established from the enunciative point of view, (b) to identify the images of the government and workers behind these speeches; and (c) to show the discursive effects (via enunciation) from the identification of other voices. We have as our theoretical framework the notion of discursive scenography and ethos (MAINGUENEAU, 1993, 2005, 2006), and as an analysis category, we focus on the study of deixis (BENVENISTE, 1966, 1974; MAINGUENEAU, 1993; DAHER, 2000) and that of reported speech (AUTHIER-REVUZ, 1998; MAINGUENEAU, 2002; SANT'ANNA, 2004). The results have showed us several images identified in relation to correspondence, characteristics (qualities/beliefs) and behaviors (role in the interaction/actions) attributed to the enunciator/government and the co-enunciator/worker. They have also identified the roles attributed to the interlocutors, strictly organized according to a topography and chronography of the order which set the limits in which the government and workers are situated.

KEY WORDS: May 1st, discursive practices, discursive scenography, interaction between government/worker, ethos

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Berna : Francke, 1944.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. México: Siglo Veintiuno, 1966/1993.
- _____. *Problemas de Lingüística Geral II*. São Paulo: Pontes, 1974/1 989.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DAHER, Del Carmen. *Pronunciamentos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva*. Tese de Doutorado, LAEL - PUC/SP, 2000a.
- _____. *Pronunciamentos presidenciais de 1º de maio: a trajetória de uma prática discursiva*. CD-ROM,, 2000b.
- _____; MEDEIROS, Dayala Paiva de . Discurso político e subjetividade enunciativa: análise de pronunciamentos presidenciais de Getúlio Vargas e Domingo Perón. In: Associação Brasileira de Hispanistas. (Org.). *Hispanismo 2002*. São Paulo: Associação Brasileira de Hispanistas, 2004, v. 1, p. 269-277.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
- _____. *Analyser les textes de communication*. Paris: Dunod, 2002.
- _____. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p.69-92.
- _____. *Cenas de enunciação*. Curitiba: Criar, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. *Discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes 1997.
- SANT'ANNA, Vera. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul. Heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.

NOTAS

¹ Pesquisa maior foi realizada com o apoio da Capes e do Programa Prociência (UERJ/Faperj) e abrangeu os discursos ao longo do período de 1938 a 1998 (DAHER, 2000a, 2000b).

² “a linguagem faz parte do conjunto de *práticas sociais*, sejam elas práticas de produção, de transformação ou de reprodução. Falar em ‘prática’ é, portanto, insistir na dimensão *praxeológica* dessa atividade. Como qualquer prática social, as práticas linguageiras são determinadas e restringidas pelo social e, ao mesmo tempo, elas *produzem efeitos* sobre ele, contribuem para transformá-lo” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 397).

³ Outros governos recorreram à mesma prática (DAHER; PAIVA, 2002).

⁴ Discurso lido por Marcondes Filho, Ministro do Trabalho, em 1948, em função do presidente estar convalescendo de um acidente.

⁵ Fonte: Arquivo Nacional. *Fundo Agência Nacional*, Série Noticiário, Subsérie Imprensa (EH 004).

⁶ O autor, em estudo clássico sobre a subjetividade da linguagem considera o papel ativo desempenhado pelas pessoas na interlocução.

⁷ Em seu estudo, a autora registra a partir da análise de notícias de jornais uma escala de hierarquização das múltiplas formas de entrada do discurso relatado, que vai da heterogeneidade mais marcada à mais próxima da constitutiva.

⁸ Foi mantida a ortografia utilizada no original copiado do Arquivo Nacional.

⁹ Maiores informações em FERREIRA, 1997; GOULART, 1990; PARANHOS, 1999.

¹⁰ A fórmula sagrada do positivismo era “O Amor por princípio, a Ordem por base, e o Progresso por fim”. (COMTE 1978, p. 146).